

A “voz feminina” de um Brasil “de cores vívidas” sobre “a face mais amarga da crise”. As dimensões políticas do discurso de Dilma Rousseff na 66ª Assembleia Geral da ONU

[The “female voice” from a Brazil of “vivid Colors” about “the bitter face of the crisis”. The political dimensions of Dilma Rousseff’s speech at the 66th General Assembly of United Nations]

BATISTA, Jandré Corrêa

Doutor em Comunicação e Informação. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul [PhD in Communication and Information. Professor at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul] <jandrecb@gmail.com>

CORRÊA, Anelize Maximila

Doutora em Direito. Professora da Universidade Federal de Pelotas [PhD in Law. Professor at Federal University of Pelotas] <anelizedip@gmail.com>

RESUMO

O presente trabalho busca identificar as dimensões políticas no discurso da presidente Dilma Rousseff na 66ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Pela perspectiva da investigação em representações sociais, os resultados apontam três eixos prioritários no discurso de Dilma Rousseff, por meio das identificações de expressões de registro e da construção de um mapa representacional (a consolidação de uma imagem positiva sobre o Brasil, a valorização da mulher e o combate à crise econômica), em sete dimensões discursivas, entre referências diretas e de ancoragem. A abordagem desta pesquisa foi centrada principalmente nos pressupostos de Moscovici (2003), Arruda (2005) e Guareschi e Maya (2000).

Palavras-chave: representações sociais, dimensões discursivas, Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This paper aims to study the political dimensions in the speech of the Brazilian President, Dilma Rousseff, at the 66th General Assembly of United Nations. From the perspective of social representation theory, the results suggest three priorities in the speech of Dilma Rousseff, by the identification of discursive expressions and the construction of a representational map (the consolidation of a positive image of Brazil, the empowerment of women, and the international economic crisis struggle), in seven discursive dimensions, between direct and anchoring referrals. The approach of this research was focused mainly on the assumptions of Moscovici (2003), Arruda (2005) and Guareschi and Maya (2000).

Keywords: social representation theory, discursive dimensions, Dilma Rousseff.

A “voz feminina” de um Brasil “de cores vívidas” sobre “a face mais amarga da crise”. As dimensões políticas do discurso de Dilma Rousseff na 66ª Assembleia Geral da ONU

BATISTA, Jandré Corrêa
CORRÊA, Anelize Maximila

Historicamente, a participação brasileira na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas é destaque. Repetindo a tradição desde o discurso inaugural de Oswaldo Aranha, em 1947, o Brasil, por costume protocolar, é o primeiro a manifestar-se no órgão de maior relevância da ONU. Anualmente, nesse momento, o País atrai os olhares da mídia e do mundo para o discurso de seu representante, o que faz da participação brasileira plataforma política de importância para a diplomacia nacional e para a construção/reafirmção de uma imagem nacional positiva para os públicos nacional e internacional.

Tendo em conta a relevância desse momento político, a presente pesquisa pretende investigar as dimensões discursivas produzidas pela presidente Dilma Rousseff na 66ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada no segundo semestre de 2011. Esse discurso inaugural foi escolhido por se tratar do primeiro da atual administração na Assembleia Geral e pelo caráter histórico: tratou-se da primeira mulher a abrir os trabalhos no órgão deliberativo mais importante da ONU, o que conferiu ainda mais visibilidade internacional à ocasião. Este trabalho, assim, busca compreender o posicionamento político brasileiro, por meio das

características do discurso de sua Chefe de Estado, no cenário das relações internacionais.

Para esta pesquisa, em um primeiro momento, conforme orienta Arruda (2003) sobre as investigações em representações sociais, apresenta-se uma “contextualização concêntrica” sobre a plataforma em que se constrói o discurso: a Assembleia Geral da ONU. Nessa primeira seção, são levantados aspectos históricos, políticos, jurídicos e organizacionais para a compreensão do objeto desta pesquisa.

Logo após, são mobilizados alguns autores, como Moscovici (2003), Guareschi e Maya (2000), para se discutir a pesquisa em representações sociais e introduzir as categorias teóricas e o método para a análise: a construção de um mapa representacional sobre as dimensões discursivas da presidente Dilma Rousseff. Com base nas informações analisadas, discutem-se, por fim, as categorias encontradas e suas inter-relações.

Os resultados apontam três eixos prioritários no discurso de Dilma Rousseff: a consolidação de uma imagem positiva sobre o Brasil, a valorização da mulher e o combate à crise econômica, em sete dimensões discursivas, entre referências diretas e de ancoragem.

1. A plataforma política

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada oficialmente por meio de um Tratado Internacional conhecido como Carta de São Francisco, ou Carta da ONU. Embora assinado em 26 de junho de 1945, o documento entrou em vigor em 24 de outubro de 1945. Pelo contexto de sua criação, a ONU está intimamente ligada às conformações políticas com o término da Segunda Guerra Mundial;

foi pensada, planejada e estruturada pelos Estados considerados vencedores daquele conflito mundial de grandes proporções.

O cenário contemplava uma Europa destruída pela guerra, a urgência de reconstrução e de apoio financeiro, com programas de recuperação econômica. À época, havia a necessidade de evitar conflitos futuros, de preservar a paz e assegurar a segurança internacional. Afinal, a humanidade havia averiguado que poderia causar a sua própria destruição, a exemplo de Hiroshima e Nagasaki, ícones das consequências da utilização de armamento nuclear.

Esse propósito é visível no preâmbulo da Carta da ONU: “Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade [...]”. Registra-se, assim, a intenção de

[...] reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas; estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade (ONU, 1945, s/p).

Para atingir tais propósitos, o documento assinala como fins e objetivos:

[...] praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos; unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais; garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum; empregar mecanismos

internacionais para promover o progresso econômico e social de todos os povos; manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns (ONU, 1945, s/p).

É necessário visualizar o panorama histórico de criação da ONU para compreender a reserva de poder conferida a cinco países (E.U.A., Rússia, França, China e Grã-Bretanha), com a posição de “privilégio eterno”, no Conselho de Segurança da Organização. A extensa estrutura da ONU é formada por diversos órgãos. Entre estes, destacam-se os elencados no artigo 7º de seu tratado constitutivo: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um Conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado.

A Assembleia Geral é um órgão intergovernamental da Organização das Nações Unidas (ONU) em que têm assento os 193 países que compõem a Organização, entre os quais o Brasil e outros 50 Estados são membros originários. Compete à Assembleia Geral, de acordo com os artigos 9º ao 22º da Carta da ONU: (1) debater e fazer recomendações acerca de assuntos afins aos propósitos da ONU; (2) considerar princípios gerais de cooperação na manutenção de paz e segurança internacionais; (3) elaborar recomendações sobre a

solução pacífica de qualquer conflito internacional; e (4) eleger os membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Sobre as funções da Assembleia Geral, o artigo 10º da Carta da ONU cita que esta

[...] poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta, ou que se relacionarem com as atribuições e funções de qualquer dos órgãos nela previstos e, com exceção do estipulado no Artigo 12, poderá fazer recomendações aos Membros das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança ou a este e àqueles, conjuntamente, com referência a qualquer daquelas questões ou assuntos (ONU, 1945, s/p).

A Assembleia Geral é estruturalmente um órgão democrático. Cada Estado tem o mesmo peso nas decisões, diferentemente do Conselho de Segurança, em que há a atribuição do poder de veto a cinco Estados. No entanto, embora o debate seja igualitário na Assembleia Geral, muitas matérias devem ser previamente aprovadas pelo Conselho de Segurança da Organização.

Esse Conselho foi o órgão criado pelos idealizadores da ONU para, na forma do que preceitua o artigo 24 de seu tratado instituidor,

[...] assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles (ONU, 1945, s/p).

Assim, qualquer reforma na estrutura da ONU ou em qualquer dispositivo de seu tratado constitutivo necessita do consentimento unânime dos membros permanentes do Conselho de Segurança.

As emendas à presente Carta entrarão em vigor para todos os Membros das Nações Unidas, quando forem adotadas pelos votos de dois terços dos membros da Assembleia Geral e ratificada de acordo com os seus respectivos métodos constitucionais por dois terços dos Membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança (ONU, 1945, s/p).

Portanto, somente com o consentimento unânime dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU será possível encaminhar qualquer alteração na estrutura desta. Como consequência da conformação não democrática do Conselho de Segurança, a Assembleia Geral ganha maior relevância e visibilidade, constituindo-se como o órgão mais horizontal em sua estrutura de poder (cf. MAZZUOLI, 2013).

A Assembleia Geral Ordinária normalmente tem início uma vez por ano em seção ordinária na terceira terça-feira de setembro na sede da ONU, em Nova Iorque, prolongando-se até dezembro. É constituída de várias sessões, sendo que aquelas de abertura e de encerramento são as mais importantes e de maior visibilidade internacional. Nas sessões de abertura, a participação brasileira ganha especial destaque, pois tradicionalmente fica a cargo do representante do Brasil o primeiro discurso dos líderes dos Estados. Essa tradição foi inaugurada por Oswaldo Aranha na primeira Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, em 1947, mantendo-se desde então.

Diante da importância da Organização e da visibilidade do discurso inaugural, torna-se relevante a análise da postura assumida pelo Brasil com base no discurso de sua Presidente da República.

2. Sobre interpretação, método e representações sociais

A análise apresentada está fundamentada nos pressupostos da análise de representações sociais empregada por Guareschi e Maya (2000). A abordagem desses autores orienta a identificação das unidades de registro (expressões, palavras, unidades de sentido) no discurso em análise. As unidades de sentido que possuem proximidade de significação são agrupadas em categorias, que passarão a formar o todo representacional do fenômeno (GUARESCHI; MAYA, 2000).

Para Serge Moscovici, autor da primeira formulação teórica acerca das representações sociais, estas consistem em formas particulares de conhecimento, características dos tempos modernos: a “era das comunicações”. Moscovici introduziu essa noção de representação social em sua pesquisa de como a Psicanálise adentrou o pensamento popular no contexto francês (*A Psicanálise, sua imagem e seu público*, 1961), com base identificação das representações sociais como um fenômeno – e não como um conceito (DUVEEN, 2003).

A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici parte de três grandes influências: a Etnopsicologia de Wundt, assumindo a aproximação da Psicologia com o “social” em sua Psicologia Experimental; o Interacionismo Simbólico de George Mead; e as representações coletivas de Durkheim.

[...] ao construir explicações sociais para fenômenos sociais, estes sociólogos [...] necessitam também introduzir alguma referência aos processos psicológicos para fornecer coerência e integridade a suas análises. [...] Moscovici é capaz de demonstrar [...] que o referencial explanatório exigido para tornar os fenômenos sociais inteligíveis deve incluir conceitos psicológicos, bem como sociológicos. (DUVEEN, 2003, p. 12)

Durkheim também contribui para a formulação dessa Ciência híbrida, a Psicologia Social, por meio de seu esforço conceitual em diferenciar “representações individuais” em relação às “representações coletivas”. Segundo o autor, as primeiras seriam objeto da Psicologia, enquanto as segundas seriam de matéria sociológica (DURKHEIM, 1994). Basicamente, conforme explica Duveen (2003), a diferenciação das “representações coletivas” de Durkheim e “as representações sociais” de Moscovici concentram-se no caráter mutante das segundas. Em Durkheim, a noção de representações coletivas está ligada ao seu poder de conservação/preservação do social, enquanto as “representações sociais” admitem também a “novidade” e a “mudança” como fenômeno. Em suma, trata-se de uma relação de estabilidade *versus* transformação do/no social.

A finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade. [...] a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a 'realidade'". (MOSCOVICI, 2003, pp. 54-55)

Para Moscovici (2003), existem dois mecanismos, baseados em conclusões prévias e na memória, para tornar ideias, palavras, conceitos não familiares em familiares: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem consiste no processo de transformação, de tradução de algo “estranho e perturbador” (p. 61) para outro repertório, este considerado adequado pelo interlocutor.

No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é re-ajustado para que se enquadre nela”. [...] Mesmo quando estamos conscientes de alguma discrepância, da relatividade de nossa avaliação, nós nos fixamos nessa transferência, mesmo que seja apenas para podermos garantir um mínimo de coerência entre o desconhecido e o conhecido (p.61). Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. (MOSCOVICI, 2003, pp. 55-56)

Por objetivação, segundo Moscovici, propõe-se a conjugar a não familiaridade à realidade. “[...] Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já apresentar, encher o que está naturalmente vazio, com substância” (MOSCOVICI, 2003, p. 71).

Para o estudo em questão, foram adotadas as orientações de Arruda (2005) acerca do processo de interpretação no âmbito das representações sociais. Essa autora sugere que o processo interpretativo seja guiado pelo modelo de interpretação em espiral. Denominado por Arruda (2005) como “contextualização concêntrica”, a interpretação, dessa forma, considera os aspectos contextuais mais próximos (aspectos espaço-temporais que cercam objeto) e os mais distantes (as ideias a respeito do objeto). Tal esforço interpretativo é motivado, em sua investigação, pela constatação de

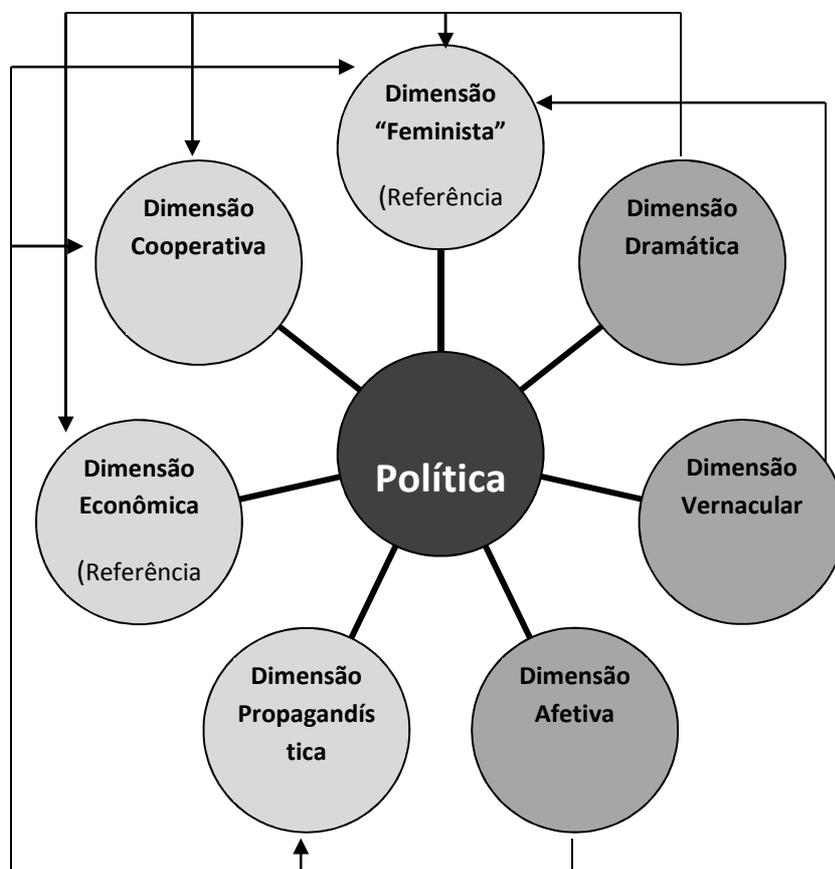
que o maior problema na pesquisa sobre as representações sociais no Brasil dá-se na ordem da interpretação. “A dificuldade para interpretar os dados analisados e descritos, e assim atingir o objetivo de identificar representações sociais, aparece como uma marca de muitas análises de conteúdo neste corpus” (ARRUDA, 2005, p. 229).

Conforme Arruda, a interpretação deve ser concêntrica, pois o processo interpretativo dá-se em camadas. “Contextualizar não é somente descrever o cenário da pesquisa; é tratar sobre os contextos estruturais (histórico, socioeconômico, cultural). Eles dão abertura à teia de significados da cultura” (ARRUDA, 2005, p. 240). Dessa forma, a contextualização proposta, cujos elementos estão elencados na seção anterior deste artigo, leva em conta os aspectos jurídicos, históricos e contemporâneos.

3. As dimensões discursivas da presidente Dilma Rousseff

As categorias acerca do discurso político da presidente Dilma Rousseff na 66ª Assembleia Geral da ONU foram divididas, a exemplo de Guareschi e Maya (2000), em dois grupos: categorias diretas e categorias de ancoragem. Nas categorias diretas, constam as dimensões discursivas pontuais e objetivas, enquanto, nas categorias de ancoragem, estão incluídas as dimensões discursivas de “tradução” conceitual. Amparados em Moscovici (2003), Guareschi e Maya (2000) entendem que a função do processo de ancoragem é apresentar o desconhecido de alguma forma familiar, dialogável com o repertório dos sujeitos. “A função das Representações Sociais (...) é tornar familiar aquilo que nos é desconhecido, uma vez que é uma dificuldade especificamente humana lidar com o não-familiar” (p. 190). As ancoragens do discurso de Dilma foram centradas nas dimensões “afetiva” e “dramática”.

Figura 1 - Mapa das Representações



Fonte: Guareschi e Maya, 2000

3.1. As categorias diretas no discurso da Presidente Dilma

3.1.1. Dimensão “Feminista” (“afirmação da mulher”)

Algumas unidades de registro:

- Uma voz feminina
- Século das mulheres

- Gênero feminino
- Afirmação da mulher
- ONU Mulher
- Todas as mulheres do mundo
- As mulheres anônimas
- Mulheres que ousaram lutar
- Nós, mulheres
- Presidenta

Dilma construiu seu discurso em tom ativista, em defesa do direito das mulheres e da igualdade de gênero. A presidente dedicou parte considerável de seu espaço na 66ª Assembleia Geral para evidenciar a causa. O tema permeou o seu discurso, tendo destaque na abertura de sua fala e no encerramento, momentos retóricos normalmente emblemáticos no discurso de um chefe de estado na ONU. Na posição de primeira mulher a abrir os trabalhos na Assembleia Geral da Organização das Unidas, a presidente explorou o momento histórico para pontuar para a valorização da mulher e pela igualdade de direitos.

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. [...] É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico. Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres (ROUSSEFF, 2011).

O tema é marcante em seu discurso, a ponto de Dilma identificar-se como “presidenta” e não “a presidente” (ente que preside) até mesmo no discurso na ONU, conforme o instituído pela Presidência da República para os atos oficiais. A informação de gênero não é só informada pela introdução do artigo definido “a” (em a presidente); além desse recurso, o vocábulo é construído pela substituição do neutro “e”, em benefício da inclusão do morfema flexional aditivo *a* (em a presidenta). Dessa forma, o gênero é explicitado em duas ocasiões (pelo artigo e pelo morfema), reforçando a sua condição de mulher, no exercício de uma função historicamente dominada por homens.

Embora visivelmente valorize as mulheres em seu discurso, sugerindo uma abordagem feminista (promovendo a valorização e a emancipação política da mulher), a presidente também enquadra o gênero em temas relativos à vida doméstica, ressaltando estereótipos de “cuidado” e “maternidade”. As questões de ordem econômica são ancoradas na visão de uma mulher que sofre pela sua família, que se preocupa com o seu bem-estar: “Nós, mulheres, sabemos, mais que ninguém, que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor” (ROUSSEFF, 2011).

3.1.2. Dimensão Econômica (conjuntura econômica internacional)

Algumas unidades de registro:

- Recursos financeiros
- Governos e bancos centrais
- Ajustes fiscais apropriados
- Estímulos fiscais corretos e precisos
- Demanda e crescimento
- 205 milhões de desempregados
- Os países desenvolvidos
- Coordenação macroeconômica
- Das instituições financeiras multilaterais
- As políticas fiscais e monetárias
- Países altamente superavitários
- Mercados internos
- Políticas cambiais
- Demanda

A dimensão econômica apresenta expressiva centralidade em seu discurso. Questões de governança, políticas cambiais e monetárias são algumas das palavras-chave. A presidente fundamenta sua visão sobre a saída da crise econômica, citando a experiência brasileira no quadro de recessão; argumenta sobre a falta de recursos políticos e “de clareza de ideias” por parte dos países desenvolvidos para solucionar os problemas econômicos internacionais; defende a

reforma das instituições financeiras e critica as políticas protecionistas e demais formas de manipulação das relações comerciais, principalmente por parte dos países desenvolvidos.

A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica. As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso. Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais (ROUSSEFF, 2011).

3.1.3. Dimensão Propagandística (construção de uma imagem positiva sobre o Brasil)

Algumas unidades de registro:

- País emergente
- Ambiente de pleno emprego
- Menos afetado pela crise
- Capacidade de resistência
Queremos – e podemos – ajudar
- Oportunidade histórica
- Fazendo a sua parte
- Nosso compromisso
- Nosso ritmo de investimento

- Vetor de paz

Dilma preocupou-se em ressaltar as condições do Brasil de assumir uma vaga como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, por questões econômicas e por sua posição de liderança regional. “O Brasil está preparado” (ROUSSEFF, 2011). Anunciou que há avanços do Brasil em termos de combate às consequências da crise econômica, sem deixar de investir em políticas sociais para a erradicação da pobreza. Em seu discurso, o Brasil é enquadrado como “vetor de paz”, economicamente sustentável, integracionista, líder, preocupado com as questões ecológicas e com a desigualdade social dentro e fora de suas fronteiras.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região e até mesmo fora dela (ROUSSEFF, 2011).

Para fortalecer a imagem de postulante a uma vaga de maior visibilidade e importância política dentro da ONU, Dilma também resalta a postura do Brasil sobre as questões ecológicas, citando o evento Rio+20, e as suas políticas sociais centradas na figura da mulher. Sobre a atuação militar do Brasil no Haiti, Dilma referencia a responsabilidade do Brasil de não apenas “proteger”, mas a sua “responsabilidade ao proteger”, respeitando a soberania daquele país.

3.1.4. Dimensão Cooperativa (discurso integracionista)

Algumas unidades de registro:

- Nos unimos todos
- Saímos, juntos, vencedores
- Ou sairemos todos derrotados
- Soluções coletivas
- Processos de integração
- Cooperação
- Coordenação política
- Todos têm o direito
- Participar das soluções

A chefe de estado brasileira defendeu, nos âmbitos econômico, ecológico e político, a cooperação, a integração entre os países, para que se possa resolver os problemas de ordem econômica, militar, ambiental e política. Na proposta integracionista, também discursou em favor da plena entrada da Palestina como membro da ONU e comemorou o ingresso de Sudão do Sul. “Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados” (ROUSSEFF, 2011).

3.2. As categorias de ancoragem no discurso de Dilma

3.2.1. Dimensão Afetiva

As unidades de registro:

- Meu querido Brasil
- Com cores tão vívidas
- Divido esta emoção
- Orgulho de mulher
- Minhas companheiras
- Honra de iniciar
- Humildade pessoal

Dilma trabalhou o seu discurso político associando-o a sentimentos e a questões de ordem afetiva. A estratégia de propaganda sobre as potencialidades econômicas e políticas do Brasil para assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU esteve ancorada, por exemplo, em referências subjetivas ao Brasil como “querido”, país “com cores tão vívidas”. A sua posição “feminista” frente à Assembleia esteve traduzida por sensações de “orgulho”, “honra”, “humildade”, “emoção”.

3.2.2. Dimensão Dramática

- Momento extremamente delicado
- Grave ruptura política e social
- Séria demais
- A face mais amarga da crise
- Tira a esperança e deixa a violência e a dor.
- Dessa tragédia
- Crise já é aguda
- Retomada da confiança
- Extremamente debilitadas
- Sacrifício
- O mundo sofre

Para falar da conjuntura econômica mundial, Dilma traduziu diversas condições financeiras no panorama global com base em adjetivações e expressões carregadas de carga dramática. A presidente sustenta que, em razão da “crise” econômica, “o mundo sofre” e enfrenta “a face mais amarga da crise”. O resultado: a conjuntura econômica em declínio é responsável por “tirar a esperança” e “deixar a violência e a dor”.

3.2.3. Dimensão Vernacular

- Palavras como vida, alma e esperança
- Gênero feminino
- Também femininas
- Outras palavras muito especiais
- Coragem e sinceridade

Dilma reafirma a dimensão “feminista” de seu discurso por meio de referências às palavras do gênero feminino da língua portuguesa. O seu discurso sobre a afirmação da mulher e a sua posição como primeira mulher a iniciar a sessão de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas é ancorada em vocábulos do gênero feminino na Língua Portuguesa, como “vida”, “alma”, “esperança”, “coragem” e “sinceridade”.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino. E são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje (ROUSSEFF, 2011).

4. Considerações Finais

O discurso da presidente Dilma na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas apresenta-se centrado em três eixos prioritários: a consolidação de uma imagem positiva sobre o Brasil, a valorização da mulher e o combate à crise econômica. No primeiro eixo citado, reitera-se a candidatura do Brasil a uma vaga de maior visibilidade e

importância política no Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente. Pela repetição do tema em outras edições, mostra-se que o Brasil está empenhado em conquistar esse espaço de prestígio e ampliar a sua influência política no cenário internacional.

Para tanto, Dilma investiu, em seu discurso, em falas sobre cooperação, integração entre os países; sobre as potencialidades econômicas e políticas. Construiu a imagem de um país “vetor de paz”, preocupado com a valorização da mulher, com a governança democrática e com questões ambientais, com responsabilidade “de” e “ao” proteger. Quanto ao eixo econômico, a presidente discursou em favor de reformas nas instituições financeiras; criticou as políticas protecionistas, principalmente dos países desenvolvidos; defendeu uma solução pautada pela “união” entre as nações.

Dilma não se restringiu às dimensões diretas à afirmação da mulher, o tema esteve também presente como recurso de ancoragem nas questões econômicas. As consequências da crise são ancoradas sob a perspectiva de uma mulher, que sofre, que se preocupa com sua família. A fala sobre a afirmação da mulher integra também a estratégia de construção de uma imagem positiva sobre o Brasil, percebida pelas sustentações de Dilma sobre as políticas sociais brasileiras que priorizam a mulher. Dessa forma, percebe-se a importância do discurso de afirmação em sua fala e na sua atitude como chefe de estado. Não só em citações diretas, o tema esteve presente em diversas outras dimensões.

No entanto, da mesma forma que o discurso promove a valorização e a emancipação política da mulher, reforça os estereótipos que historicamente enquadram o gênero no cenário doméstico de referência. Assim, sugere-se para outros trabalhos, o estudo das estratégias discursivas (motivações, eficácia, potenciais resultados)

da construção, aparentemente ambígua, de uma representação-objetivo (emancipação da mulher, igualdade de gênero) em contraste à representação-estereótipo (domesticação, subordinação). Em termos de estratégia discursiva, talvez a visibilização de outros espaços de participação da mulher (a política), sem negar o ambiente doméstico, seja mais viável discursivamente que a ruptura imediata ao estereótipo, por conta da gradualidade exigida à transformação social e da necessidade de “familiarização” do discurso.

Referências

ARRUDA, Ângela. Despertando do Pesadelo: A Interpretação. In: MOREIRA, Antonia Silvia Paredes (Org.). *Perspectivas Teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2005.

DURKHEIM, Emile. *Filosofia e Sociologia*. São Paulo: Ícone, 1994.

DUVEEN, Gerard. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUARESCHI, P. & MAYA, P. V. "Patológico, cinzento e Perdido": a representação social do PT segundo Mendelski. In: GUARESCHI, P. (Org.). *Ética. Os construtores da informação: meios de comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas*. São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: Mar/2015.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso de abertura na 66ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas*. Estados Unidos: ONU, 2011.



COMPOLÍTICA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE PESQUISADORES EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Diretoria da Associação | Director Board

Presidente | President

Fernando Lattman-Weltman (UERJ)

Vice-Presidente | Vice-President

Arthur Ituassu (PUC-Rio)

Secretária Executiva | Executive Secretary

Kelly Prudêncio (UFPR)

Corpo Editorial | Editorial Board

Coordenação Editorial | Editorial Coordination

Alessandra Aldé (UERJ) & Maria Helena Weber (UFRGS)

Editores Executivos | Executive Editors

Camilo Aggio (UFBA), Diógenes Lycarião (UFC), Rafael Cardoso Sampaio (UFPR) & Viktor Chagas (UFF)

Editoras Assistentes | Assistant Editors

Ana Angélica Soares (FGV), Fernanda Sanglard (UERJ) & Isabele Mitozo (UFPR)

<<http://compolitica.org/revista>>

A Revista Compolítica é uma revista eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

[Revista Compolítica is an electronic journal published by the Brazilian Association of Political Communication Scholars]

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

[To cite this article, please use the following reference]

BATISTA, J. C.; CORRÊA, A. M. A “voz feminina” de um Brasil “de cores vívidas” sobre “a face mais amarga da crise”. As dimensões políticas do discurso de Dilma Rousseff na 66ª Assembleia Geral da ONU. In: *Revista Compolítica* 5 (2), 2015.

